

A implementação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI no estado do Pará

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar e discutir dados relativos ao processo de implementação do programa de formação de professores Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI, no estado do Pará. O LEEI é um programa federal, ofertado no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com o objetivo de formar profissionais da Educação Infantil, em nível de formação continuada, de modo a qualificar o trabalho pedagógico organizado para promover os processos de apropriação das práticas culturais de leitura e escrita por crianças de quatro a cinco anos de idade. O método utilizado foi a pesquisa documental, tendo como fontes: documentos oficiais do MEC, documentos orientadores elaborados pela coordenação do Programa na Região Norte e documentos elaborados pela própria coordenação estadual. Os resultados mostram que a implementação do LEEI no estado Pará é uma ação pioneira de formação docente na Educação Infantil no estado, abrangendo 143 municípios com realidades muito peculiares, diversas e desiguais, o que impôs vários desafios a serem superados durante o processo, mas também gerou possibilidades de ações interinstitucionais a favor da criança paraense e de uma formação docente capaz de promover o acesso das crianças às práticas culturais de leitura e escrita. Conclui-se que a implementação do LEEI Pará contribuiu para a formação de professores comprometidos com a efetivação de uma Educação Infantil democrática e de qualidade no estado, mas necessita de ajustes para que possa cumprir integralmente o seu objetivo.

Palavras-chave: leitura e escrita; educação infantil; formação de professores; crianças pré-escolares; teoria histórico-cultural.

Sônia Regina dos Santos Teixeira

Universidade Federal do Pará –
UFPA – Belém/PA – Brasil
sregina@ufpa.br

Ana Paula de Araújo Barca

Universidade Federal do Pará –
UFPA – Belém/PA – Brasil
anapaulabarca@ufpa.br

Leilane de Nazaré Fagundes Pessoa

Universidade Federal do Pará –
UFPA – Belém/PA – Brasil
leilanepessoa@ufpa.br

Para citar este artigo:

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos; BARCA, Ana Paula de Araújo; PESSOA, Leilane de Nazaré Fagundes. A implementação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI no estado do Pará. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 26, n. 61, p. 84-113, maio/abr. 2025.

DOI: 10.5965/1984723826612025084

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723826612025084>

Implementation of the reading and writing program in early childhood education in the state of Pará

La implementación del programa de lectura y escritura en educación temprana en el estado de Pará

Abstract

This article aims to present and discuss data related to the implementation process of the teacher training program Reading and Writing in Early Childhood Education – LEEI, in the state of Pará. LEEI is a federal program, offered within the scope of the National Commitment to Literate Children, with the objective of training professionals in Early Childhood Education, at the level of continuing education, in order to qualify the pedagogical work organized to promote the processes of appropriation of cultural reading and writing practices by children aged 4 to 5 years old. The method used was documentary research, using as sources: official MEC documents, guiding documents prepared by the Program's coordination in the North Region and documents prepared by the state coordination itself. The results show that the implementation of LEEI in the state of Pará is a pioneering action in teacher training in Early Childhood Education in the state, covering 143 municipalities with very peculiar, diverse and unequal realities, which imposed several challenges to be overcome during the process, but also generated possibilities for inter-institutional actions in favor of children from Pará and teacher training capable of promoting children's access to cultural reading and writing practices. It is concluded that the implementation of LEEI Pará contributed to the training of teachers committed to the implementation of democratic and quality early childhood education in the state, but it requires adjustments so that it can fully fulfill its objective.

Keywords: reading and writing; early childhood education; teacher training; preschool children; historical-cultural theory.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar y discutir datos relativos al proceso de implementación del programa de formación de maestros Lectura y Escritura en la Educación Infantil - LEEI, en el estado de Pará. LEEI es un programa federal, ofrecido en el ámbito del Compromiso Nacional de Alfabetización Infantil, que tiene como objetivo formar profesionales de la Educación Infantil, en el nivel de formación continua, con el fin de cualificar el trabajo pedagógico organizado para promover los procesos de apropiación de los bienes culturales. Prácticas de lectura y escritura de niños de 4 a 5 años. El método utilizado fue la investigación documental, utilizando como fuentes: documentos oficiales del MEC, documentos orientativos elaborados por la coordinación del Programa en la Región Norte y documentos elaborados por la propia coordinación estatal. Los resultados muestran que la implementación de LEEI en el estado de Pará es una acción pionera en la formación de profesores de Educación Infantil en el estado, abarcando 143 municipios con realidades muy peculiares, diversas y desiguales, lo que impuso varios desafíos a superar durante el proceso, pero también generó posibilidades de acciones interinstitucionales a favor de los niños de Pará y de formación de docentes capaces de promover el acceso de los niños a prácticas culturales de lectura y escritura. Se concluye que la implementación de la LEEI Pará contribuyó a la formación de docentes comprometidos con la implementación de una educación infantil democrática y de calidad en el estado, pero necesita ajustes para que pueda alcanzar plenamente su objetivo.

Palabras clave: lectura y escritura; educación infantil; formación de docentes; niños en edad pre-escolar; teoría histórico-cultural.

Introdução

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica brasileira, constitui uma área de estudo e prática com identidade própria, o que requer de todos os profissionais que nela atuam uma sólida formação teórico-prática sobre o processo de desenvolvimento infantil e as formas de educar as crianças de zero a cinco anos de idade nas instituições criadas para esse fim.

No Brasil, após um longo processo de luta pelo reconhecimento da Educação Infantil como um direito público de toda criança brasileira de zero a cinco anos de idade, finalmente, com a Constituição Federal de 1988, ela se tornou dever do Estado e responsabilidade dos municípios e com a promulgação da atual Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394), em 1996, foi incorporada ao sistema educacional brasileiro como a primeira etapa da Educação Básica, o que representa um avanço importante nas responsabilidades públicas para com essa, que constitui a primeira relação social intencionalmente planejada e organizada com vistas a educar formalmente as crianças brasileiras e cuja contribuição para o processo de desenvolvimento integral da criança está amplamente comprovada pela literatura da área da educação e áreas afins.

Por outro lado, como observou, sabiamente, a saudosa Fúlvia Rosemberg, “a maldição de Sísifo bem pode ser uma metáfora às políticas nacionais de educação infantil” (Rosemberg, 2003, p. 177). No Brasil, a luta por uma Educação Infantil pública democrática e de qualidade socialmente referenciada é feita de subidas e quedas, sendo marcada pelo constante retorno ao ponto de partida. Enquanto as forças progressistas a empurram para o topo, ou seja, para uma Educação Infantil democrática e de qualidade, as forças contrárias, fazem-na despencar montanha abaixo. A formação dos professores dessa área, por estar atrelada às políticas nacionais de educação, também vive um constante retorno ao ponto de partida.

O debate em torno da relevância da formação dos professores para o desenvolvimento de uma Educação Infantil democrática e de qualidade referenciada já estava em pauta, em nosso país, antes mesmo de ela se tornar parte do sistema educacional brasileiro (Kramer, 2005; Rosemberg, 2014) e tem se intensificado, nos últimos trinta anos, devido ao avanço do conhecimento científico sobre a educação das

crianças pequenas e de questões que desafiam a escola na atualidade, tais como, a presença de crianças com deficiências, questões étnico-raciais, de gênero, ambientais, socioeconômicas, dentre outras, que exigem desse profissional uma formação cada vez mais qualificada e atual (Barreto, 1994; Rosemberg, 2014; Teixeira; Mello, 2016).

Em se tratando de formação docente, ganha destaque o processo de formação continuada ou contínua dos professores, pelo que compreendemos em consonância com Magalhães (2019, p. 187), como uma “construção reflexiva que leve em consideração o espaço e o tempo, bem como as vivências, os saberes, a historicidade e as experiências que se transformam em conhecimento sobre e entre os professores” e que possibilite tanto a apropriação de conhecimentos relativos aos conteúdos quanto às formas de organização do trabalho pedagógico voltadas à práxis. Nessa perspectiva, a formação continuada tem sido trazida para o cerne do debate da formação de professores da Educação Infantil como um dos elementos basilares para efetivação nas creches e pré-escolas de uma “proposta pedagógica de qualidade social e democrática” (Brasil, 2024, p. 14), que contribua concretamente para a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade.

No entanto, a formação continuada do professor da Educação Infantil, da mesma forma que dos demais professores de outras etapas, níveis e modalidades da educação, não pode ser tomada isoladamente como garantia da qualidade dessa etapa da Educação Básica brasileira. Diferente disso, há de se levar em conta o que a literatura especializada vem alertando há décadas, que uma Educação Básica emancipatória só será possível com uma política pública de Estado de formação de professores, que contemple “a formação inicial, a formação continuada e as condições de trabalho, remuneração e carreira dos profissionais da educação” (Freitas, 2007, p. 143).

Nessa perspectiva, podemos afirmar, com base em Rosemberg (2014) e na experiência pessoal de uma das autoras deste artigo, que atua desde os anos 1980 na área da Educação Infantil, que no Brasil, embora o tema da qualidade dessa etapa da Educação Básica tenha sido alvo de debates desde 1970, quando o termo “qualidade” ainda não havia sido nomeado e transformado em problema, ainda não tivemos, de fato, uma política pública coerente e sequencial de formação de professores da Educação Infantil, envolvendo a formação inicial e continuada e as condições de trabalho,

remuneração e carreira, que possa contribuir para a tão almejada qualidade da Educação Infantil. Concordamos com Freitas (2007), que a implementação de uma política global de formação e valorização docente, da qual a Educação Infantil seja parte, tem sido uma “prioridade postergada” em nosso país. Porém, isso não significa dizer que nada tenha sido feito. Muito já foi feito e conquistado.

No que diz respeito especificamente à formação continuada dos professores da Educação Infantil, destacamos o papel indutor da Coordenação de Educação Infantil do Ministério da Educação, criada em 1975 com o nome de Coordenação de Educação Pré-Escolar; alterada em 1992, para Coordenação Geral de Educação Infantil – COEDI; hoje, Coordenação Geral de Educação Infantil – COGEI. Desde seu início, a COGEI tem lutado juntamente com pesquisadores(as) da área da Educação Infantil das universidades públicas brasileiras, profissionais da Educação Infantil, Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB, GT07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, dentre outras instituições da sociedade civil comprometidas com a educação da infância, em prol de políticas de formação continuada para os professores da Educação Infantil.

Dentre as conquistas, destacamos a implementação, em 2005, do Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL, no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, a implementação dos cursos de Especialização em Docência na Educação Infantil e Aperfeiçoamento em Educação Infantil, todos presenciais, criados no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto 6.755 de 29 de janeiro de 2009.

A partir de 2016, período em que o Brasil viveu um tumultuado processo político com um *impeachment* e a ascensão de um governo que fragilizou a democracia e a ciência com retrocessos imensuráveis, como na metáfora de Sísifo, despencamos novamente montanha abaixo. Na contramão da ciência, dentre outros retrocessos, em 2019, foi instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que tentou reduzir a Educação Infantil a simples e equivocada tarefa de preparar as crianças para a alfabetização. Mas eis, que, em 2023, voltamos a subir a montanha e a implementação do Programa Leitura e

Escrita na Educação Infantil, no âmbito do compromisso Nacional Criança Alfabetizada, é parte dessa história.

Face ao exposto, este artigo tem por objetivo apresentar e discutir dados relativos ao processo de implementação do Programa de Formação de Professores Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI no estado do Pará, por meio da descrição e análise dos aspectos e dimensões que construíram o percurso do Programa no estado e de possíveis implicações para o trabalho docente.

Para tanto, organizamos o texto em cinco seções. Após esta introdução, na seção 2 apresentaremos o método que originou os dados apresentados e debatidos no artigo. Na seção 3, intitulada “O programa Leitura e Escrita na Educação Infantil no Estado do Pará”, apresentaremos a experiência formativa do Programa LEEI no estado do Pará, a partir dos aspectos organizacionais e formativos, constituintes do processo. Na seção 4, “Resultados e discussões: êxitos, desafios e possibilidades do Programa LEEI no estado do Pará”, procederemos às análises, a partir do referencial teórico-metodológico da teoria histórico-cultural, com ênfase nas ideias de Vigotski, cuja base está assentada no materialismo histórico-dialético. Por fim, na seção 5, apresentaremos algumas considerações finais, sem a intenção de finalizar o necessário debate aqui iniciado.

Método

A elaboração do presente artigo se deu, majoritariamente, a partir de informações produzidas com base em uma pesquisa documental, na qual foram utilizadas três categorias de fontes primárias: a) Documentos oficiais do Ministério da Educação que norteiam a Educação Infantil e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, b) Documentos orientadores elaborados pela Coordenação Regional do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil da Região Norte e c) Documentos elaborados pela Coordenação Estadual do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil do estado do Pará.

Dentre os documentos consultados, destacamos: na categoria a) Documentos oficiais do Ministério da Educação: 1) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil de 2009 e 2) Decreto n. 11.556/2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança

Alfabetizada. Na categoria b) Documentos orientadores da Coordenação Regional: 1) Documento orientador das ações de formação em 2024 na Região Norte; 2) Caderno de apresentação e roteiros de formação do LEEI Norte e 3) Orientações gerais do trabalho de percurso. Finalmente, na categoria c) Documentos produzidos pela Coordenação Estadual do LEEI-Pará ao longo da edição de 2024: 1) Quadro de demanda e oferta do programa de formação Leitura e Escrita na Educação Infantil no estado do Pará; 2) Planejamento pedagógico anual do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil no estado do Pará; 3) Relatório pedagógico das formações realizadas com as(os) formadoras(es) municipais e com as(os) professoras(es) cursistas no estado do Pará – período de março a maio; 4) Relatório pedagógico das formações realizadas com as(os) formadoras(es) municipais e com as(os) professoras(es) cursistas no estado do Pará – período de junho a agosto; 5) Planejamento pedagógico para formação de novos(as) formadores(as) municipais do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI, no estado do Pará; 6) Relatório da formação intensiva para novos formadores municipais do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI, no estado do Pará e 7) Respostas ao Formulário de acompanhamento do 4º Encontro Presencial (Formulário [...], 2024).

Contudo, além da pesquisa documental, para introduzir o debate e proceder às análises e reflexões numa conjuntura mais macro das políticas públicas brasileiras de formação docente, nos valem da produção bibliográfica dos campos da formação docente, Educação Infantil e da leitura e escrita na Educação Infantil.

Seguindo a dialética materialista, cujo compromisso está na busca por apreender o real por meio da compreensão das leis históricas que explicam a materialidade dos fatos sociais e apontar os caminhos de sua transformação, após a construção do relato de como se deu o início do processo de implementação do programa LEEI no estado do Pará, procedemos às análises do processo, a fim de, por um lado, apontar aspectos exitosos e desafiadores do percurso e por outro lado, indicar possíveis contribuições para outros percursos formativos vindouros. As análises realizadas consideraram as necessárias mediações e contradições que atravessam o percurso formativo do LEEI, tomado como um fenômeno do real em análise.

O Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil no estado do Pará

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é uma política pública federal instituída no ano de 2023, por meio do Decreto n. 11.556, de 12 de junho de 2023, com o objetivo de articular esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, visando garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras. Nessa política coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) estão previstas ações em diferentes eixos, dentre os quais, a formação de professores, técnicos e gestores educacionais.

O Programa de formação de professores Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) é uma das ações dessa política pública federal e é implementado nos estados da federação por meio de um regime de colaboração entre as universidades públicas federais, o poder público estadual, por meio das secretarias de estado de educação e o poder público municipal, por intermédio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com o objetivo de formar docentes da Educação Infantil, a nível de formação continuada, de modo a qualificar o trabalho pedagógico organizado para promover os processos de apropriação das práticas culturais de leitura e escrita por crianças de quatro a cinco anos de idade. Cabe às universidades públicas federais a responsabilidade pela coordenação de todo o processo formativo.

O Programa prevê uma estrutura de formação em cadeia, na qual, um grupo de formadores estaduais promove a formação de um grupo de formadores municipais e este segundo grupo atua diretamente na formação dos professores da Educação Infantil, denominados “professores cursistas”. Tanto as turmas de formadores municipais, quanto as de professores cursistas, são constituídas por um quantitativo de até, no máximo, 40 professores.

A carga horária de formação dos formadores municipais é de 240h, assim distribuída: 120h realizada junto às universidades federais e 120h de ministração da formação para os professores cursistas. A carga horária de formação dos professores cursistas é de 120h, distribuídas em 64h presenciais, 9h remotas e 47h de atividades acompanhadas. Para esclarecer o leitor, no processo formativo do LEEI, atividades acompanhadas são atividades combinadas pelo professor formador com o professor em formação, a ser realizada por este em outro momento e espaço que não o da formação e

acompanhada pelo professor formador, de modo a consolidar o processo de ensino-aprendizagem.

O detalhamento dessas categorias de atividades será realizado na subseção que trata das questões pedagógicas do processo formativo do LEEI Pará.

Nessa primeira edição, o Programa LEEI foi organizado por regiões do país. Em cada uma das cinco regiões há uma universidade federal responsável pela coordenação do trabalho de formação continuada a ser realizado pelo coletivo de universidades daquela região. Na região Norte, o LEEI é coordenado pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, que conta com uma equipe responsável pela oferta, gerenciamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação do Programa. A Universidade Federal do Pará – UFPA é uma das instituições formadoras, sendo responsável pela formação do estado do Pará, em um trabalho interinstitucional realizado juntamente com a Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC/PA e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Pará – UNDIME/PA.

Estrutura organizacional geral do Programa LEEI no estado do Pará

O Pará é o segundo maior estado do Brasil em extensão territorial e possui atualmente um quantitativo de 144 municípios. Desses, 143 municípios fizeram a adesão ao Programa. Para facilitar a administração pública e garantir o desenvolvimento regional, o estado é dividido em 12 regiões, denominadas “Regiões de Integração”, que reúnem diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. A dimensão geográfica do estado e as realidades muito peculiares, diversas e desiguais de seu território impuseram grandes desafios para o processo de implementação do Programa nos 143 municípios. A estruturação organizacional do LEEI Pará se deu ao longo do processo de implementação do Programa no estado. Para tornar a exposição didática, organizamos a escrita em dois momentos: 1) Estrutura organizacional inicial; 2) Estrutura organizacional final.

Estrutura organizacional inicial

Os trabalhos de coordenação do Programa LEEI Pará, na Universidade Federal do Pará, iniciaram em novembro de 2023, a priori, com reuniões com a equipe regional da UNIFAP, a fim de obter orientações gerais sobre o modelo de trabalho interinstitucional, a adesão dos municípios à participação do Programa, a constituição das equipes de trabalho e a seleção dos formadores municipais.

Em paralelo, iniciou-se o trabalho interinstitucional com as articuladoras estaduais da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA do Compromisso Nacional Criança alfabetizada na SEDUC/PA e na UNDIME/PA, cuja atuação foi fundamental na divulgação e convite às secretarias municipais para adesão ao Programa.

Finalizado o processo de adesão, já em 2024, após reuniões para estudos e análises dos dados da demanda de professoras cursistas, enviada pelos 143 municípios que aderiram ao Programa, a equipe gestora formada pela coordenação do Programa na UFPA e as duas articuladoras estaduais da RENALFA, tomando como base as doze regiões de integração, decidiu pela criação de seis polos de formação, assim organizados de acordo com o respectivo quantitativo de municípios: 1. Polo Altamira (8 municípios); 2. Polo Belém (31 municípios); 3. Polo Bragança (26 municípios); 4. Polo Castanhal (21 municípios); 5. Polo Marabá (37 municípios) e 6. Polo Santarém (20) municípios.

De acordo com orientações do Ministério da Educação, nesta primeira edição do LEEI, a formação teve como público-alvo somente os professores que educam as crianças de turmas de pré-escola, ou seja, crianças na faixa etária de quatro a cinco anos. A demanda inicial dos 143 municípios do Pará foi de 13.436 professores de turmas de pré-escola. Para formar esse quantitativo de professores, a coordenação do Programa na UFPA, também denominada de coordenação estadual, concluiu que seria necessária a criação de 392 turmas com uma média de 40 professores por turma, implicando na

seleção e contratação de 392¹ formadores municipais. A partir dessa demanda, a estrutura de formação em cadeia do LEEI Pará se organizou conforme visto na imagem 1.

Imagem 1: A estrutura da formação no estado do Pará



Fonte: Acervo da Coordenação do LEEI Pará.

A partir desse momento, iniciou-se o processo de seleção dos formadores municipais. Neste intento, a coordenação estadual organizou documentos orientadores às secretarias municipais de educação do estado, informando sobre os requisitos necessários aos candidatos às vagas de formadores municipais. Cada município precisaria indicar o quantitativo de formadores necessário ao seu município, juntamente com a submissão dos documentos solicitados. A coordenação estadual recebeu a documentação, procedeu à análise e selecionou a equipe de formadores municipais. Ao formador municipal caberia cursar 120h de formação em encontros formativos organizados pela equipe de formadores estaduais da Universidade Federal do Pará e, concomitantemente, organizar 120h de formação para uma determinada turma de professores cursistas, para o que receberia uma bolsa mensal no valor de R\$900,00,

¹ Antes da efetivação do cadastro, uma professora indicada para atuar como formadora municipal declinou da realização do trabalho e o município decidiu por não efetivar a substituição naquele momento, resultando um total de 391 cursistas, responsáveis pelas turmas.

durante 12 meses, além de apoio financeiro para deslocamentos e diárias para participação dos encontros formativos presenciais.

Ainda na fase inicial do processo de implementação, a coordenação estadual iniciou uma série de reuniões com a equipe de formadoras estaduais, a fim de alinhar ideias, referências e conceitos sobre a formação a ser desenvolvida, visando garantir uma unidade teórica-metodológica. Paralelamente a isso, reuniu-se com os articuladores regionais e municipais da RENALFA, para elucidar aspectos relativos ao papel fundamental desse coletivo na organização da formação em cada região e município e com os secretários municipais de educação, para solicitar apoio às ações do Programa nos seus respectivos municípios. Além disso, com o apoio da UNDIME-PA, planejou e realizou o envio das coleções do Programa, constituídas por nove cadernos e um encarte de apresentação do Programa, aos seis polos de formação, para que fossem distribuídas ao coletivo de formadores municipais por ocasião do primeiro encontro formativo presencial. Posteriormente, realizou o envio das coleções aos 143 municípios, para que todos os professores cursistas recebessem o material impresso.

Seguindo a estrutura inicial das equipes estaduais do LEEI na Região Norte, nesse primeiro momento de implementação do Programa, o LEEI Pará contava com uma equipe formada por uma coordenadora estadual, uma coordenadora adjunta, uma coordenadora pedagógica, uma assessora de acompanhamento e monitoramento, dez formadoras estaduais, dois profissionais de apoio técnico e três bolsistas de graduação. Ressaltamos que a equipe da coordenação estadual e a equipe das formadoras estaduais foram selecionadas considerando a trajetória de pesquisa e atuação no campo da formação de professores da Educação Infantil, com a titulação mínima de mestrado.

Após o início do processo formativo foi necessário realizar alguns ajustes na estrutura organizacional do Programa no estado, conforme exposto no tópico a seguir.

Estrutura organizacional final

Com o início das atividades de formação no estado, a coordenação estadual em constante busca pela qualidade e aprimoramento do processo formativo, avaliou a necessidade de ampliação e reestruturação geral da equipe. Após entendimentos com a coordenação regional, a equipe passou a contar com a seguinte composição: uma coordenadora estadual, uma coordenadora adjunta, uma coordenadora pedagógica, uma assessora especial (administrativo-pedagógica), uma assessora de acompanhamento e monitoramento, 14 formadoras estaduais, uma assessora administrativo-financeira, uma secretária executiva, dois profissionais de apoio técnico em tecnologia da informação e três bolsistas de graduação.

A ampliação da equipe de formadoras estaduais possibilitou o aumento do número de turmas de formadores municipais em dois polos de formação, diminuindo com isso o quantitativo por turma e possibilitando a realização de um trabalho formativo com maior qualidade. A incorporação da assessoria especial à equipe possibilitou à coordenação estadual acompanhar mais de perto a organização das turmas de professores cursistas, os calendários das formações nos municípios e as frequências dos encontros presenciais, oportunizando intervenções mais precisas e pontuais. A partir desse trabalho, constatou-se que várias turmas de professoras cursistas estavam com um quantitativo acima do número recomendado pela coordenação regional (de 35 a 40 cursistas), gerando a necessidade de ampliação do número de formadoras municipais para redistribuir os cursistas e garantir que as turmas não extrapolassem o teto de 40 participantes. Com essas ampliações, houve uma atualização na estrutura de formação em cadeia do LEEI Pará, conforme visto na imagem 2.

Imagem 2 – Atualização da estrutura da formação no estado do Pará



Fonte: Acervo da Coordenação do LEEI Pará.

Embora 2024 tenha sido um ano eleitoral, somado a outras intercorrências ao longo do período, o calendário da formação dos formadores municipais transcorreu em datas plausíveis dentro do previsto, com previsão de término em novembro de 2024. Em contrapartida, as formações nos municípios foram mais afetadas por atravessamentos diversos, como calendário eleitoral, eventos municipais, contratação de profissionais, entre outras questões.

O trabalho formativo do LEEI-Pará

O trabalho formativo realizado pelo LEEI Pará baseou-se nas diretrizes didático-pedagógicas apresentadas na coleção de cadernos do Programa LEEI, no documento orientador das ações de formação em 2024 na Região Norte (UNIFAP, 2024a), no caderno de apresentação e roteiros de formação do LEEI Norte (UNIFAP, 2024b) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), tendo a teoria histórico-cultural como principal referência teórico-metodológica e fio condutor de toda a formação. Tais referenciais possibilitaram ao Programa LEEI, no estado do Pará, estruturar um planejamento formativo com princípios e concepções coerentes com uma Educação Infantil crítico-emancipatória, pelo que entendemos uma Educação Infantil que

concebe a *criança* de zero a cinco anos de idade como uma personalidade humana consciente, um ser humano completo, em toda a sua inteireza, que aprende e se desenvolve por meio das relações que estabelece com o mundo, com os outros e consigo mesma e o professor de Educação Infantil, como o intelectual de sua própria prática, o organizador do meio social educativo (Vigotski, 1991), alguém que pensa, organiza e avalia o seu trabalho, em constante diálogo com as crianças, sempre apoiado no conhecimento da realidade e em bases teóricas sólidas que possibilitem a ele refletir, repensar e refazer a sua prática.

Outro conceito que guiou o trabalho formativo realizado pelo LEEI Pará foi o de *meio social educativo*, conforme proposto por Vigotski (2003) e sistematizado por Teixeira e Barca (2019) e Teixeira (2022). Acreditamos que esse é um conceito ainda não muito conhecido nos meios educacionais, mas o seu conhecimento por parte de um professor em formação é vital para que ele compreenda e realize o seu trabalho de forma emancipadora. Apoiado na tese de que nos constituímos como personalidades conscientes em uma relação imanente com as relações sociais que participamos, Vigotski (2003), ao propor o conceito de processo educativo, como uma síntese dialética composta por três elementos: o professor, o aluno e o meio social educativo, todos ativos, cunhou o conceito de *meio social educativo*, como sendo a organização deliberada e consciente das relações sociais vividas na escola pelos alunos.

Tais conceitos vão ao encontro das concepções e princípios orientadores do percurso formativo geral do LEEI, conforme Caderno de apresentação e roteiros de formação do LEEI Norte (UNIFAP, 2024a), que enfatiza, dentre outros aspectos, que: a) o professor em formação reconheça as crianças, desde os bebês, como sujeitos socioculturais plenos, na especificidade da primeira infância e b) o professor assuma uma prática reflexiva e consciente sobre suas ações educativas, tornando-se agente de seu próprio desenvolvimento profissional (p. 12).

A organização do processo formativo também teve como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), de modo especial, o que estabelecem os incisos II e III do artigo 9º. De acordo com essa orientação, as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem garantir às crianças experiências que: a) favoreçam a imersão nas diferentes linguagens e o

progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical e b) possibilitem-lhes experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos.

As concepções que fundamentam o trabalho com a leitura e escrita na Educação Infantil na proposta geral do Programa LEEI, conforme orientação do LEEI Norte, também constituíram a base da proposta formativa do LEEI Pará. Dentre elas, destacamos: a) A concepção de trabalho com a leitura e a escrita como sendo o de apropriação de uma linguagem; b) As concepções de leitura e escrita como práticas sociais, enunciativas e significativas (perspectiva discursiva-dialógica de oralidade, leitura e escrita), c) As interações e brincadeiras como eixo do trabalho pedagógico e d) A promoção do encontro das crianças com a cultura letrada por meio do convívio com diferentes gêneros discursivos orais e escritos (UNIFAP, 2024a, p. 08).

Visando contemplar outra orientação geral do LEEI para o trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil, que consiste no fato de que a leitura literária é constitutiva do ser humano e por isso, deve assumir lugar central tanto na formação do professor quanto no trabalho pedagógico realizado com as crianças, a proposta formativa do LEEI Pará promoveu em todos os encontros formativos a realização de tertúlias e oficinas literárias.

De acordo com a orientação nacional, o processo formativo do LEEI se dá em cadeia, de modo a garantir a sequenciação, a dinâmica e a colaboração entre os profissionais envolvidos. Nesse modelo, os conteúdos de uma etapa da formação são direcionados para outras etapas, de forma organizada, sequencial e com as devidas adequações às realidades locais, criando uma rede de ensino-aprendizagem, na qual os formadores atuam tanto como alunos quanto como professores. Em linhas gerais, o percurso formativo segue o seguinte fluxo:

1. Formação Estadual: Inicialmente, a coordenação estadual, coordenação pedagógica, assessoria administrativo-pedagógica e formadoras estaduais² participam de

² A partir deste momento, sempre que nos referirmos às categorias formador estadual, formador municipal e professor cursista do estado do Pará, utilizaremos, em primeiro plano, os substantivos no gênero

momentos de estudos na universidade e decidem coletivamente sobre os conteúdos e metodologias que serão trabalhados nos encontros formativos;

2. Formação Municipal: Em seguida, as formadoras estaduais adequam os conteúdos e metodologias às realidades locais e organizam o processo formativo em colaboração com as(os) formadoras(es) municipais;

3. Formação das(os) Professoras(es) da Educação Infantil (Cursistas): As formadoras(es) municipais, por sua vez, replanejam, adequam os conteúdos e metodologias estudados e organizam a formação para as(os) professoras(es) de Educação Infantil nos seus respectivos municípios, para que estes possam planejar as suas práticas junto às crianças de suas turmas;

4. Trabalho pedagógico nas turmas de Educação Infantil: Por fim, as(os) professoras(es) de Educação Infantil replanejam, adequam e implementam o que aprenderam nas formações diretamente com as crianças, promovendo uma educação alinhada aos princípios do Programa.

O processo formativo realizado dessa maneira gera uma verdadeira **cadeia de formação**, em sucessão temporal, sequencial e abrangente, na qual as etapas se interligam e cada uma contribui para capacitar a seguinte, garantindo que as orientações pedagógicas e os princípios teóricos sejam efetivamente aplicados e ajustados de acordo com a realidade local.

Como parte da organização do meio social educativo desenvolvido pela equipe pedagógica do LEEI Pará constam a realização de reuniões presenciais semanais, às sextas-feiras à tarde, no Instituto de Ciências da Educação da UFPA. Com exceção de duas professoras residentes nos municípios de Santarém e Marabá, que participam de forma híbrida, por meio da plataforma do Google Meet, todos os demais participantes da equipe do Programa se reúnem presencialmente para as atividades de estudo, planejamento, avaliação, capacitação para o uso de tecnologias e compartilhamento das experiências formativas.

Desse modo, evidenciamos que a proposta formativa do LEEI Pará se afasta de uma abordagem gerencial e tecnicista, oportunizando um trabalho dinâmico, criativo,

feminino, uma vez que as 14 formadoras estaduais são mulheres e praticamente todo o universo de formadores municipais e cursistas também são mulheres.

contínuo e dialógico, no qual todos os participantes são ativos, criando, refletindo e recriando suas próprias práticas, com base em pressupostos de uma Educação Infantil crítica e emancipatória.

Em linhas gerais, o processo formativo está estruturado em duas frentes principais: 1) Organização da formação e seleção dos conteúdos e 2) Avaliação e acompanhamento do processo formativo.

A organização da formação e a seleção dos conteúdos

A organização da formação e a seleção dos conteúdos tiveram como referência a coleção de cadernos do LEEI, a literatura científica da área da educação e da leitura e escrita e o estudo e reflexão a partir da experiência concreta das(dos) professoras(es) em formação.

A formação das(es) formadoras(es) municipais, denominada **formação estadual**, teve uma carga horária total de 240 horas, distribuídas em 120 horas de formação com a equipe da UFPA e 120 horas de ministração da formação para as(os) professoras(es) cursistas nos 143 municípios do estado. A carga horária de 120 horas de formação com a equipe da UFPA foi distribuída em 68 horas de atividades presenciais, 18 remotas e 34 de atividades acompanhadas.

A formação das(os) professoras(es) cursistas, denominada **formação municipal**, teve uma carga horária total de 120 horas, sendo 64 horas de atividades presenciais, 9 de atividades remotas e 47 de atividades acompanhadas.

A carga horária das formações estaduais e das formações municipais foi distribuída da seguinte maneira (Tabela 1):

Tabela 1 - Disposição da carga horária das formações estaduais e municipais

Modalidade	Formação estadual (carga horária)	Formação municipal (carga horária)
Presencial	68h	64h
Remotas	18h	9h
Atividades Acompanhadas	34h	47h
TOTAL	120h	120h

Fonte: Acervo da Coordenação do LEEI-PA.

As formações estaduais ocorreram nos seis polos de formação e constaram de 10 encontros formativos, distribuídos em cinco encontros na modalidade virtual³ e cinco encontros na modalidade presencial. O último encontro presencial se configurou como o “I Seminário Estadual do Programa LEEI Pará: Saberes e Experiências de Profissionais da Educação Infantil na Amazônia Paraense”. Esse seminário, no momento, em processo de realização nos polos de formação, tem por objetivo socializar as experiências e os saberes desenvolvidos ao longo das formações do LEEI Pará, tomando por base os trabalhos de percurso desenvolvidos no decorrer da trajetória formativa dos formadores municipais e dos cursistas. As questões conceituais relativas ao trabalho de percurso serão descritas com mais detalhes no decorrer do texto.

As formações municipais foram organizadas de forma equivalente às formações estaduais, todavia, em muitas localidades onde o acesso à internet é limitado, os encontros virtuais foram substituídos por encontros presenciais.

Nos encontros estaduais e municipais, os encontros virtuais foram realizados por meio da plataforma Google Meet. A intenção inicial era utilizar a plataforma AVAMEC, (Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação) utilizada para a oferta de cursos de formação continuada e aprimoramento profissional a professores em todo o país, mas devido a instabilidades no sistema, essa opção foi descartada.

As atividades acompanhadas nas formações estaduais e municipais consistiram em ações combinadas entre as formadoras estaduais e formadoras(es) municipais e entre formadoras(es) municipais e professoras(es) cursistas. Dentre essas atividades,

³ Nas formações estaduais foram realizados mais de cinco encontros virtuais por turma devido à necessidade de complementação de informações e/ou de conteúdo. Desse modo, foram realizados, em média, três encontros extras por formadora estadual.

destacamos a realização de trabalhos escritos, pesquisas e planejamento de ações pedagógicas, geralmente enviadas por e-mail pelas formadoras estaduais às(aos) formadoras(es) municipais e por estas(es) às (aos) professoras(es) cursistas.

A organização dos conteúdos selecionados para o processo formativo do LEEI Pará teve início no I Seminário de Planejamento da Formação de professores da Educação Infantil da Região Norte do FOREI/Norte realizado na UNIFAP, em Macapá-AP, em fevereiro de 2024. Naquela ocasião, a coordenação do Programa da UFPA, incluindo a coordenação pedagógica, juntamente com a equipe de formadoras estaduais decidiram, coletivamente, utilizar os cadernos da coleção LEEI de forma transversal e complementar a formação com bibliografias adicionais contendo concepções de educação, Educação Infantil, criança, professor e processo educativo coerentes com a perspectivas teóricas que fundamentam o processo formativo do LEEI Pará. Os conteúdos selecionados foram organizados na forma de temas (Tabela 2), definidos por meio de um processo criativo, dialógico e colaborativo entre a coordenação da UFPA, incluindo a coordenação pedagógica e as formadoras estaduais.

Tabela 2 – Temas organizados para a formação do LEEI Pará

Nº	TEMA
1	As crianças, as infâncias e as especificidades da Educação infantil: o direito à linguagem oral, à leitura e à linguagem escrita
2	O currículo na Educação Infantil e suas interfaces com as linguagens infantis
3	Observação, planejamento, registro e documentação pedagógica das práticas de leitura e escrita na Educação Infantil
4	A avaliação na Educação Infantil
5	A organização do espaço, tempo, materiais, interações e a cultura escrita na Educação Infantil
6	A criança como ser social e cultural, em sua inteireza, nos processos de leitura e escrita nos territórios da Amazônia
7	O processo de constituição das crianças como leitoras e escritoras

Fonte: Acervo da Coordenação do LEEI Pará.

Os sete temas desdobraram-se em subtemas que abordaram conteúdos voltados para a formação integral da criança, com ênfase nos processos de apropriação da leitura e da escrita. Além disso, foram incluídos tópicos que não estavam presentes nas coleções do LEEI, como a educação étnico-racial e a interface entre a Educação Infantil e a

educação especial, com o objetivo de promover uma formação mais ampla, atendendo às necessidades do desenvolvimento pleno das crianças e valorizando a participação das famílias nesse processo.

Destacamos que o planejamento priorizou conteúdos não prescritivos e seguiu as orientações da coordenação regional, baseadas nas diretrizes do Caderno Zero da coleção LEEI. Dessa forma, os temas foram estruturados em etapas, tais como: “Iniciando o diálogo”, “Reflexão e ação”, “Contextualizando o tema”, “Ampliando o diálogo” e “Compartilhando experiências”. Além disso, o trabalho enfatizou a construção colaborativa com as(os) formadoras(es) municipais e as(os) professoras(es) cursistas, incluindo atividades como tertúlias literárias, oficinas de literatura infantil e trabalho de percurso.

As **tertúlias literárias** são reuniões ou encontros nos quais as pessoas compartilham experiências com a literatura. Na perspectiva de formação do LEEI, para que os professores em formação se formem como leitores e formem leitores, é imprescindível que eles considerem suas próprias relações com a leitura e a escrita (UNIFAP, 2024a, p. 20). No processo formativo do LEEI Pará, as tertúlias foram realizadas a partir do terceiro encontro presencial e tiveram por objetivo: a) proporcionar o encontro das formadoras estaduais, formadoras(es) municipais e professoras(es) cursistas com diferentes autores da literatura, especialmente autores regionais e paraenses; b) oportunizar o prazer de ler pela experiência estética e poética; c) aproximar as(os) professoras(es) cursistas da linguagem literária, desmistificando a ideia de incapacidade ou de ausência de capacidade leitora e d) compreender a importância de ser leitora/leitor de literatura para o exercício da docência na Educação Infantil.

No processo formativo do LEEI, as **oficinas de literatura infantil** visam a formação dos professores cursistas para a realização do trabalho com a leitura literária diretamente com as crianças com vistas a ampliar o repertório de livros para a infância e refletir sobre como organizar e mediar a relação das crianças com os livros de literatura. Dentre os temas sugeridos pela coordenação regional, o LEEI Pará realizou as oficinas: Infâncias, memórias e literatura; Ser criança: culturas, linguagens e infâncias na literatura e mediação de leitura literária.

Outra importante proposta formativa do LEEI é o **trabalho de percurso**. No LEEI, os professores em formação não fazem e apresentam um trabalho no final do processo formativo. Em vez disso, eles realizam o trabalho de percurso, construído no decorrer da formação e que representa o percurso trilhado por cada um (UNIFAP, 2024c), sendo composto por registros e reflexões realizados durante toda a trajetória formativa, tanto dos formadores municipais quanto dos professores cursistas.

Seguindo a orientação do LEEI Norte (UNIFAP, 2024c), de que o trabalho de percurso deve partir de questões problematizadoras, o LEEI Pará trabalhou desde os primeiros encontros formativos com a elaboração pelas(os) professoras (es) em formação, tanto as(os) formadoras(es) municipais quanto as(os) professoras(es) cursistas, de uma síntese reflexiva, a partir de três questionamentos, a saber: 1. Quais ideias e conceitos discutimos neste encontro? Como essas ideias e conceitos discutidos afetaram as minhas ideias e os meus conceitos acerca dos assuntos estudados? e 3. Como as ideias e conceitos discutidos podem contribuir para mudanças no meu trabalho docente na Educação Infantil?

As referidas sínteses reflexivas desenvolvidas serviram de suporte para a construção textual dos trabalhos de percurso, que posteriormente, foram organizados na forma de relatos de experiência e memoriais acadêmicos. Essas produções estão em processo de finalização da escrita para posterior apresentação nos seminários regionais, estaduais e municipais do LEEI.

Avaliação e acompanhamento do processo formativo

A avaliação e o acompanhamento do processo formativo desenvolvido pelo LEEI Pará foram realizados ao longo de todo o período de formação, com o objetivo de acompanhar o andamento dos planejamentos, a execução das formações e a consolidação dos conteúdos trabalhados. Ambos os processos foram realizados tanto pela coordenação regional quanto pela coordenação estadual, por meio de formulários do tipo *google docs*.

As avaliações realizadas pela coordenação regional tiveram por objetivo obter uma visão geral sobre o desenvolvimento das formações estaduais, levando em conta as

especificidades de cada estado. Já as avaliações realizadas pela coordenação estadual visaram obter informações sobre o andamento das formações nos seis polos de formação. Após a realização dessas avaliações, a coordenação estadual sentiu a necessidade de um maior controle e acompanhamento sobre as formações municipais realizadas com as(os) professoras(es) cursistas. Essa necessidade levou à criação de uma força-tarefa pela equipe do LEEI Pará, durante o processo formativo, para coletar informações detalhadas, inclusive sobre as datas das formações realizadas e temas trabalhados nos municípios.

Resultados e discussões: êxitos, desafios e possibilidades do programa LEEI no estado do Pará

Face ao exposto nas seções anteriores sobre o processo de implementação do LEEI no estado do Pará, considerando as necessárias mediações e contradições que atravessam o real e lançando um olhar com intencionalidade de ação sobre a realidade, com vistas a transformá-la, procederemos às devidas análises, evidenciando os êxitos e desafios desse processo e vislumbrando possibilidades futuras.

Primeiramente, há de se valorizar o pioneirismo de um Programa de Formação Continuada, coordenado por entes públicos, que abrangeu quase a totalidade de municípios do estado do Pará. Em que pese as contradições presentes no Programa, o alcance de um processo formativo que envolveu mais de 14 mil docentes de Educação Infantil merece destaque.

Ressaltamos também o papel das universidades federais na condução de todo o processo formativo, tanto no LEEI Norte como no LEEI Pará. Num momento em que a educação se transformou em mercadoria e que a qualificação dos profissionais da educação se tornou um campo específico de produção de lucro, ter intelectuais pesquisadores que são referência nos processos de formação de professores da Educação Infantil e da leitura e escrita na infância no comando do processo formativo do LEEI, pode ser considerado uma forma de resistência na luta em defesa da educação pública.

O Programa LEEI traz em seu bojo a defesa de princípios e concepções defendidos há décadas por estudiosos, militantes e profissionais da Educação Infantil, tais como a compreensão da leitura e da escrita como práticas sociais que integram a realidade de vida das crianças e suas múltiplas e diversas infâncias e a concepção de professor em formação como o intelectual de sua própria prática, um profissional com autonomia para pensar, organizar e avaliar o trabalho a ser realizado com as crianças.

A implementação do LEEI Pará contribuiu também para a disseminação das especificidades da Educação Infantil contempladas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para o combate da visão preparatória e antecipatória, frequentemente, atribuída equivocadamente à Educação Infantil.

No que diz respeito à organização do processo formativo do LEEI no estado do Pará, avaliamos que a opção pela base teórica-metodológica de Vigotski possibilitou que o percurso formativo fosse organizado com autonomia, criatividade e solidez teórica, em contraste com o que está predominante no âmbito da formação docente no cenário nacional, cuja prevalência está em cursos aligeirados, instrumentais e esvaziados teoricamente (Moraes, 2001).

Embora o percurso do LEEI Pará aponte evidências quantitativas e qualitativas exitosas na formação continuada de professores da Educação Infantil, cabe enfatizar os desafios e limites na concretização do LEEI no estado do Pará. Cabe também problematizar a própria localização do Programa LEEI no âmbito da política pública federal “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”. Conforme abordamos na introdução, consideramos que a área da Educação Infantil precisa e merece um programa de formação continuada próprio, no qual possam ser abordados aspectos conceituais inerentes à primeira etapa da educação básica, originado e focado no campo de debate da Educação Infantil, a partir das contribuições do conjunto dos pesquisadores da área. A Educação Infantil precisa de um programa de formação continuada de professores estruturado desde a sua gênese com base nas questões mais amplas e urgentes da área e com uma formação docente comprometida com a educação integral das crianças brasileiras e não somente com determinadas áreas do desenvolvimento infantil. No processo formativo do Pará, conforme orientação nacional e regional, não limitamos o

trabalho de formação dos professores ao trabalho com os processos de leitura e escrita, mas avaliamos que dependendo da equipe a gestar o Programa, corre-se esse risco.

Além disso, embora haja o reconhecimento de que o programa LEEI inaugura um recomeço das ações governamentais concernentes à oferta de formação continuada na Educação Infantil, importa discutir a respeito da proposta estrutural do Programa, cujo modelo guarda similaridades com premissas de formação docente idealizadas pelas políticas neoliberais, quais sejam: formação por multiplicadores (Freitas, 2002) e formação a distância (Maués, 2003). Esse perfil de formação docente guarda fragilidades importantes que inviabilizam a elaboração de concepções críticas e, conseqüentemente, a concretização de um trabalho autônomo, criativo e consciente, resultando, muitas vezes, no que a literatura aponta como o processo de desintelectualização docente (Shiroma; Evangelista, 2004).

O modelo de formação em cadeia também se mostra mais dificultoso frente a uma realidade como a do estado do Pará, que embora tenha ampliado a sua equipe ao longo do percurso do Programa, ainda se mostrou reduzida em relação ao quantitativo de professoras(es) cursistas participantes. A dificuldade de acompanhamento efetivo do processo formativo, que alcance a ponta da cadeia em formação, é fator desfavorável para a garantia da qualidade do processo.

Consideramos que na área da Educação Infantil, na qual se faz necessário dialogar, escutar e demonstrar possibilidades de organização do meio educativo, o modelo de formação à distância mostra-se incompatível. Além disso, alguns municípios demonstraram impossibilidade de cumprimento da carga horária de formação na modalidade à distância, em virtude das condições de acesso à internet, bem como da inabilidade de alguns participantes no manuseio de recursos de tecnologias e de uso de plataformas, aplicativos e documentos digitais.

Dialeticamente, vislumbramos possibilidades de ajustes a serem feitos no Programa, de modo a avançarmos em relação aos desafios acima anunciados.

Um dos ajustes que julgamos necessário diz respeito ao melhor acompanhamento das ações do Programa. Num estado como o Pará, com uma enorme dimensão territorial e características geográficas muito diversas, que dificultam o acesso aos municípios e às

informações, torna-se se necessário, minimamente, a presença de um coordenador de polo de formação, para que possa acompanhar as ações do Programa mais de perto, apoiando, assim, a coordenação estadual na gestão do Programa no estado.

Sugerimos também a designação de um articulador da RENALFA exclusivo para o LEEI em cada município. Aqui no Pará, os articuladores municipais do LEEI atuam também em outros programas e ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o que gera incompatibilidades de agendas e dificuldades para se dedicarem às ações do Programa.

Outro ponto a ser revisto diz respeito ao atendimento às diversidades das crianças e suas infâncias. Há que se dar uma atenção especial ao trabalho com a leitura e a escrita realizado com as crianças consideradas Público da Educação Especial – PEE (crianças com deficiências, Transtorno do Espectro Autista – TEA e altas habilidades ou superdotação). Consideramos também que as crianças ribeirinhas, quilombolas e indígenas precisam e merecem vivenciar as ricas experiências proporcionadas pelo LEEI e estas últimas em suas línguas nativas. Em face do reconhecimento dessas necessidades, as Universidades que compuseram o LEEI-Norte promoveram a construção de um material complementar ao do LEEI, que será utilizado na segunda edição do Programa, agora reformulado no formato instituído pela Portaria MEC nº 85/2025, que cria o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (Pro-LEEI). Esse novo Programa integra o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e visa à formação continuada de professores e à promoção da leitura e escrita na Educação Infantil.

Finalmente, sabemos que os processos formativos são enriquecidos quando, de modo concomitante às ações formativas, são realizadas pesquisas e, conseqüentemente, a produção de novos conhecimentos. O LEEI muito tem a contribuir para a pesquisa em educação, se inserir em suas ações, a realização de pesquisas que possam captar as transformações e reflexões oportunizadas pelas formações.

Considerações finais

Este texto, cujo objetivo foi apresentar e discutir dados relativos ao processo de implementação do Programa de Formação de Professores Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI no estado do Pará, mostrou como se deu a materialização do Programa, bem como analisou tal percurso, evidenciando os êxitos os desafios do processo e indicando possíveis caminhos para qualificar a implementação de outros processos formativos dessa natureza.

A implementação do programa LEEI no estado do Pará foi marcada por constantes processos avaliativos do percurso. Esse modo de proceder resultou na efetivação de diferentes ajustes, tanto na organização estrutural do Programa, quanto nas questões pedagógicas.

O LEEI no Pará pode ser caracterizado como um percurso formativo organizado sob os princípios da coletividade e da dialogicidade entre os participantes da equipe estadual e entre a coordenação estadual e a coordenação regional. Além disso, o LEEI no estado do Pará pode ser reconhecido como um trabalho criativo, no qual a coordenação estadual precisou criar múltiplas estratégias para realizar e acompanhar as formações nos 143 municípios participantes. O resultado foi a concretização de um trabalho que atravessou realidades diversas, mas que certamente, em alguma medida, alcançou as crianças paraenses das cidades, dos campos, das águas, rios e florestas; crianças quilombolas, ribeirinhas, negras, indígenas, com deficiências e transtornos de desenvolvimento, dentre outras peculiaridades, contribuindo para a efetivação do direito público das crianças de zero a cinco anos a uma Educação Infantil pública, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

Referências

BARRETO, Angela M. Rabelo F. Introdução: por que e para que uma política de formação do profissional de educação infantil? In: MEC/SEF/COEDI. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. p. 11-15.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: https://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/midias-na-educacao/30000-uncategorised/91211-resolucoes-ceb-2024> Acesso em: 26 nov. 2024.

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DO 4º ENCONTRO PRESENCIAL (10º Encontro Estadual/LEEI-Pará). Pará: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://forms.gle/bxdVF5uGW4B5vCyP7>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 136-167, set. 2002.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1203-1230, out. 2007. Edição especial. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300026>. Acesso em: 20 nov. 2024.

KRAMER, Sônia. A título de conclusão: formação de professores, a necessária democratização da educação infantil. In: KRAMER, Sônia. **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005. p. 217-228.

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira Magalhães. Formação continuada de professores: uma análise epistemológica das concepções postas no Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2015). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 184-204, maio/ago. 2019.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 89-118, 2003.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em Educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 14, n. 1, p. 7-25, 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sísifo e a educação infantil brasileira. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 1 (40), p. 177-194, jan./abr. 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas públicas e qualidade da educação infantil. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra. **Escritos de Fúlvia Rosemberg**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2015. p. 216-235.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. A colonização da utopia nos discursos sobre profissionalização docente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 525-545, 2004.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos Teixeira; MELLO, Suely Amaral Mello. Formação de professores: uma teoria para orientar as práticas. In: CORRÊA, Carlos Humberto Alves; CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa; BISSOLI, Michelle de Freitas. **Formação de professores em perspectiva**. Manaus: EDUA, 2016. p. 85-108.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos; BARCA, Ana Paula de Araújo. A organização do meio social educativo para a criação musical na educação infantil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 39, n. 107, p. 73-86, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622019213241>. Acesso em: 20 nov. 2024.

TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos. A educação em Vigotski: prática e caminho para a liberdade. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 47, e116921, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236116921vs01>. Acesso em: 20 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Caderno de apresentação e roteiros de formação do LEEI Norte**. Macapá: Unifap, 2024a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Documento orientador das ações de formação em 2024 na Região Norte**. Macapá: Unifap, 2024b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Orientações gerais do trabalho de percurso**. Macapá: Unifap, 2024c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Quadro de demanda e oferta do programa de formação Leitura e Escrita na Educação Infantil no estado do Pará**. Belém: UFPA, jan. 2024a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Planejamento pedagógico anual do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil no Estado do Pará**. Belém: UFPA, 2024b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório pedagógico das formações realizadas com as(os) formadoras(es) municipais e com as(os) professoras(es) cursistas no estado do Pará – período de março a maio**. Belém: UFPA, maio 2024c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório pedagógico das formações realizadas com as(os) formadoras(es) municipais e com as(os) professoras(es) cursistas no estado do Pará** – período de junho a agosto. Belém: UFPA, ago. 2024d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Planejamento pedagógico para formação de novos(as) formadores(as) municipais do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil** – LEEI, no estado do Pará. Belém: UFPA, set. 2024e.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório da formação intensiva para novos formadores municipais do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI**, no estado do Pará. Belém: UFPA, out. 2024f.

VYGOTSKI, Lev Semionovitch. Prólogo a la versión russa del libro de E. Thorndike: Principios enseñanza basados a la psicología. In: VYGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras escogidas**. Madrid: Visor y Ministerio de Educación y Ciencia, 1991. Tomo I. p. 143-162.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Recebido em: 19/02/2025

Aprovado em: 29/04/2025

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 26 - Número 61 - Ano 2025

revistalinhas@gmail.com